

Ata 27 de Junho 2023

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do nº1 do artigo 14º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, reuniu em sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Campo de Ourique, a **vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e vinte e três**. Esta ata será gravada e disponibilizada para futuras consultas. -----

César Gama Laranjo Ferreira, em regime de substituição da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia, Ana Luísa Cardoso Marques Teixeira Loureiro, deu início à seguinte ordem de trabalhos, constituindo o presente documento, bem como os originais das propostas votadas, a ata em minuta da reunião: -----

O Senhor eleito Filipe de Castro Torres Hasse Ferreira, eleito do Partido Socialista solicitou a sua substituição, sendo substituído pelo eleito Rui Remígio. -----

O Senhor eleito António Maria Sarzedas Belmar da Costa, eleito pelo Partido Centro Democrático Social - Partido Popular, solicitou a sua substituição, sendo substituído pelo eleito Pedro Alexandre Gomes Teixeira Luís.-----

O eleito Virech Maugi assumiu o lugar de segundo-secretário da mesa atendendo à falta de um membro na mesa da Assembleia de Freguesia. -----

Tomada de posse do membro suplente da Assembleia de Freguesia João Miguel Fernandes Pereira por renúncia de Rita Jacobetty de Albuquerque; (cf. Cf. Artº 76, nº 1,3 e 4, 79º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 69/2021, de 20/10) -----

A. Período Antes da Ordem do Dia; -----

O Freguês Alexandre Lucena e Vale colocou duas questões à Assembleia de Freguesia: a primeira questão tinha que ver com a temática estacionamento, questionando se está prevista a construção de algum parque de estacionamento; a segunda questão abordou o terreno da EPAL, junto ao centro comercial das Amoreiras, recordando que em tempos terá feito diversas sugestões à EPAL para aproveitamento do terreno, nomeadamente: a construção de um circuito de corrida ou a construção de uma ponte pedonal que ligasse mais rapidamente o bairro ao centro comercial; a última preocupação manifestada prende-se com o sobrevoo a que esta freguesia está sujeita, sendo frequente o ruído, deixando a questão se seria possível a utilização de outras rotas de forma a reduzir a frequência de sobrevoo na freguesia.-----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia começou por responder à última questão, salientou o aumento dos voos noturnos recordando a exceção aberta pelo governo central que permitiu o alargamento de horários, salientou também a necessidade de gestão de slots do aeroporto que fizeram do atraso a regra de modo a aumentar o número de horas de aterragem provocando que existam aterragens das cinco da manhã à uma da manhã. Salientou outra agravante, que se prende com a sob utilização da pista do aeroporto da Portela, mesmo existindo outras formas de aterragem estas estão sempre dependentes do vento acrescentando o problema da sobrelotação que provoca compassos de espera para a realização de aterragens aumentando o número de aviões que sobrevoam Campo de Ourique e encurtando a distância de voos que aterram na Portela, deixando a mensagem que a posição do Partido Socialista é clara, defendendo o fim dos voos noturnos e a redução progressiva dos voos para o Aeroporto da Portela. Só com a redução da sobrecarga em que o aeroporto se encontra é possível aumentar o tempo entre aterragens sobrevoando Lisboa. Quanto à EPAL foi feito um anúncio após uma negociação, entre o Senhor Presidente de Junta, o Senhor Presidente da EPAL, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e o Senhor Ministro do Ambiente, mas devido a dois problemas: um com os compromissos financeiros relativos à abertura daquele espaço, nomeadamente quanto à sua gestão em que a higiene urbana seria responsabilidade dos Serviços da Junta de Freguesia e a manutenção de espaços verdes e segurança de modo a garantir a inviolabilidade daquele espaço assumidos por parte dos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, sendo esta última despesa o ponto de discórdia entre as partes não estando a CML disposta a suportar esse custo; o outro problema surge com base num lapso protocolar, a Câmara Municipal de Lisboa não convocou a Junta de Freguesia para a reunião de projeto com a EPAL, ainda que esta Junta de Freguesia faça parte do contrato, quando o projeto chegou à Junta de Freguesia tinha em falta a travessia da Rua Ferreira Borges até ao Centro Comercial Amoreiras. Assumindo o Senhor Presidente que apesar da necessidade de estudos de carga a garantia desta travessia é vital para o executivo, portanto o processo teve de ser reaberto, ficando definido como prioritário a remoção das vedações, alargamento dos passeios, a garantia da travessia da Rua Ferreira Borges e a respetiva abertura do portão. O projeto será faseado sendo contemplado na primeira fase o que foi definido como prioridade, a segunda fase terá como objetivo a abertura total daquele espaço tornando-o um verdadeiro parque urbano e existe ainda a vontade por parte do Ministério do Ambiente da criação de um circuito

à volta do Jardim. Em relação aos encargos financeiros, esta Junta de Freguesia entende que é de tal modo prioritário a abertura daquele espaço que se disponibilizou a ficar encarregue dos espaços verdes daquele espaço se for uma solução para o diferendo entre a Câmara e a EPAL. Quanto ao estacionamento o Senhor Presidente apresentou a previsibilidade de três parques, mais algumas soluções como reabilitações ou intervenções em algumas ruas, abertura do parque do CNN, sendo projetos de grande dimensão o parque na travessa do Bahuto com a construção de um silo projetado e contratualizado com a EMEL que permite a disponibilização de 90 lugares para residentes, a ampliação do parque já existentes no pátio das sedas num terreno que já foi adquirido pela Câmara Municipal que permite a construção de 300 a 500 lugares de estacionamento sem aumentar a cota existente hoje nem haver a necessidade de escavar substancialmente, o que aumentaria os custos do parque igualmente contratualizado pela Câmara Municipal com a EMEL e por último a construção de um parque provisório no terreno onde foram demolidos alguns prédios devolutos na esquina da Rua Ferreira Borges com a rua de Campo de Ourique. Em relação a este último, o metropolitano questionou a Junta e a Câmara Municipal de Lisboa pedindo parecer para a construção de um parque de estacionamento provisório para o período de construção do metropolitano. O Senhor Presidente comunicou a existência de um novo projeto que a Câmara estará a desenvolver para a Rua de Campo de Ourique, alertando que este projeto não causará nenhum transtorno na transferência do quartel de bombeiros para o espaço, mas do qual o Senhor Presidente ainda não conhece os detalhes tendo agendada uma reunião sobre o mesmo. Quanto ao pátio da sedas a EMEL fez um pedido de informação prévia ao departamento de urbanismo por conta de um processo de licenciamento, que obteve um parecer negativo, considerado pelo Senhor Presidente como uma resposta criativa, dado que a fundamentação apresentada se baseia na localização do terreno zonada no Plano de Pormenor das Amoreiras que estando suspenso poderia não estar, considera ainda a fundamentação uma estranha formulação jurídica. De qualquer modo a Agência Portuguesa do Ambiente sinalizou à Câmara Municipal de Lisboa a necessidade de rever o Plano de Pormenor das Amoreiras e portanto é um processo que já deveria estar em marcha e não está ou poderá estar nos seus primeiros passos, mas existe a intenção da Câmara de proceder a essa alteração, não tendo a Junta de Freguesia sido chamada para participação nesse processo e ao contrário de outros processos onde é possível a não audição da Junta de Freguesia, neste a não audição da Junta Freguesia provoca a nulidade do

Projeto do Plano de pormenor e portanto o Senhor Presidente espera que seja uma realidade. Quanto à Travessa do Bahuto a Junta de Freguesia não é obrigada a ser formalmente ouvida, tendo o Senhor Presidente descoberto através de uma conversa lateral que o projeto se encontrava suspenso ao contrário daquilo que a Junta de Freguesia havia sido informada há cerca de um mês em que o processo de contratação de empreitada estaria em andamento, admitindo o Senhor Presidente que apesar da suspensão do projeto a empreitada tenha de ser adjudicada em consequência de garantias já assumidas pelo executivo, nos trabalhos exploratórios realizados pelo senhor presidente ficou com a perceção que existe uma opinião por parte da Câmara Municipal de Lisboa de integração daquele terreno no Programa de Renda Acessível, confessando que não desgosta da possibilidade, deixando claro que esta seria a única alternativa de estacionamento identificada pelo património da Câmara é a hipótese de estudar uma nova solução, considerando a mesma limitada e confessando que ao longo de todo este processo assumiu várias vezes a complexidade da construção do parque do bahuto no que ao nível da engenharia diz respeito, com três acessos em três níveis diferentes, um deles feito através da travessa do bahuto passando por um túnel que faz circular os carros a aproximadamente um metro de uma porta que é o único acesso a um prédio. Sendo acordado ainda no mandato passado que aquele acesso e piso ao parque seria disponibilizado apenas aos residente daqueles prédio por questões de segurança dos que ali circulam a pé, apesar da vontade do atual executivo de manter este acordo a administração da EMEL não demonstrou a mesma vontade criando alguma resistência por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia para que a solução avance de qualquer forma, por avançar ali com uma solução insegura aos moradores de um prédio que tem oito andares com três apartamentos, mais um vila onde vivem aproximadamente vinte famílias para que se ganhe 30 lugares não lhe parece ser uma solução confortável.-----

Interveio a freguesa Susana Morais informando que no dia seguinte ao desta assembleia fará um ano que um grupo de cidadãos entregou à mesa da assembleia da freguesia uma carta, inicia citação da ata “ O freguês José Elias de Freitas leu uma ata de apelo e pedido de informação relativamente à construção do metro que entregou em mão ao executivo e que se encontra em anexo”, afirmou que a carta não se encontrava em anexo, informou que já teria alertado numa assembleia anterior e repetiu o seu pedido para que a carta seja anexada à ata.-

O Senhor presidente da mesa anotou o pedido da freguesa e informou que constaria na ata e solicitou aos serviços que anexassem a carta que estava em falta na ata. -----

Interveio o eleito Vasco Barata, do Bloco de Esquerda, manifestou uma preocupação antiga do seu partido, nomeadamente quanto a gravação destas assembleias de freguesia, que já se concretizou, para que as pessoas possam acompanhar em casa, tal como tem sido até agora e que julga que continua a ser feito. Afirmando que o problema prende-se com um tema que já foi colocado em algumas freguesias, pelo menos têm esse conhecimento de que há um parecer da comissão nacional de proteção de dados, que não impossibilitando a gravação, coloca algumas questões que seria necessário resolver. A questão prende-se com a proteção de dados das pessoas que vêm dar o seu testemunho, colocar as suas questões à assembleia de freguesia, algo que o Bloco de Esquerda muito lutou para que houvesse maior divulgação e maior partilha e é com agrado que têm vindo cada vez mais pessoas a esta Assembleia de Freguesia falar, coisa que antes disto acontecer as assembleias tinham pouca participação, não sabendo se esta relacionado ou não querendo acreditar que sim. Manifestou que no fundo a proteção de dados destes municípios, segundo a Comissão Nacional de Proteção de Dados tem de ser garantida, apresentando algumas formas de o garantir: a junta de freguesia investir em plataformas próprias de transmissão coisa que não será, no entender do Bloco de Esquerda, a melhor solução, porque é um investimento que poderá ser irrelevante para aquilo que se quer e precisamente por isso por que as pessoas procuram a transmissão das formas que estão habituadas a usar, mas abre também a porta que à semelhança de outras sedes, como por exemplo a Assembleia Municipal de Lisboa, os municípios possam dar o seu consentimento de que querendo falar podem dizer que aceitam que a sua intervenção seja gravada para esses efeitos e seja transmitida numa plataforma, questionando o Executivo da Junta se já ponderou esta questão sendo que, do ponto de vista do Bloco de Esquerda, o pior dos caminhos seria aquele que está a ser seguido noutras assembleias de freguesia de acabar com as transmissões online e cortar o mal pela raiz, algo que no entender do Bloco de Esquerda é muito benéfico para os executivos que ficam com menos escrutínio e com menos debate por ajuda a perpetuar no fundo o poder executivo, que depois no dia-a-dia tem uma facilidade muito maior de chegar ao municípios e o que o Bloco de Esquerda quer é que exista uma participação cidadã mais plural para que as pessoas também possam estar mais informadas. -----

O Senhor presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia-----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

O Senhor Presidente Dr. Pedro Costa iniciou a sua intervenção dizendo que existem na sala quatro pessoas que foram deputados municipais neste mandato e que julga que nenhuma das pessoas, esperando não ser o único excluído, mas que não assinou nenhum consentimento. Informando que a Comissão Nacional de Proteção de Dados diz duas coisas estruturantes, em primeiro lugar a necessidade de autorização de toda a gente, sendo que abre uma nota lateral explicando algo juridicamente estranho, no entender do Senhor Presidente, que é usar mais um conceito indeterminado sobre o que são dados pessoais e que dados pessoais devem ser protegidos dizendo que, o público mesmo sem usar da palavra terá que consentir com a transmissão, ora não sendo de todo claro da decisão se significa que o público tem que consentir se for filmado ou não, ou seja, manifestamente não é o que lá está escrito compreendendo e acreditando que não esteja na decisão da CNPD aquilo que a CNPD queria verdadeiramente que lá estivesse, mas acontece que é o que está, sendo o documento em questão uma esclarecimento. Ao longo destes anos houve um investimento para passar a existir uma presença nas redes sociais, aumentar o número de informação presente no site e nas redes sociais, refazer o site, transmitindo praticamente tudo, continuando a existir a gravação das reuniões, não apagando nenhuma transmissão antiga, embora estejam retiradas do acesso público, sendo que mesmo o estar retirado pode levantar questões pela CNPD, porque a Comissão Nacional de Proteção de Dados refere que tem de haver autorização de todos os municípios independentemente de falarem ou não, de todos os eleitos independentemente de falarem ou não, algo que o Senhor Presidente classificou como extraordinário a teoria que há o exercício de uma reunião pública, que pode ser vedado à transmissão pública ou que há direito à proteção da imagem de quem está a cumprir funções, em última instância do Presidente de Junta, acreditando que o que está escrito na esclarecimento não pode ser a real interpretação da lei, até porque viola todas as outras leis sobre a publicidade dos atos, mas é o que está escrito, aplicando-se também aos funcionários presentes na reunião ressaltando o Senhor Presidente que esta situação compreende melhor, mas que com muito esforço é preciso conseguir os consentimentos, guardar os consentimentos e serem corretamente arquivados garantindo toda a segurança no procedimento, algo que sendo exaustivo deixa dúvidas ao Senhor ao Senhor Presidente quanto à segurança, a recolha e arquivamento correto de todos os consentimentos de todas as pessoas do público que vão às reuniões. A última questão e a mais difícil prende-se com os servidores onde são armazenadas as transmissões, ora significando isto e é o que consta

da decisão que a Junta de Freguesia tem de manter nos seus servidores, ou em servidores ou clouds que sejam da Junta de Freguesia e garantam a segurança, sendo tecnologicamente possível, embora exija um investimento que exige algum tempo e que se torna inútil se a CNPD aclarar a sua posição. O Senhor Presidente informou a assembleia que iria dar a informação por escrito à assembleia sobre um pedido que fez ao DPO da Junta de Freguesia no sentido de o DPO aclarar a decisão ou pedisse à CNPD uma esclarecimento daquela decisão. Assim que houver uma esclarecimento da CMPD favorável, ou seja encontrada uma solução, todas as gravações estarão novamente disponibilizadas. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao eleito João Lagoas. -----

O Senhor João Lagoas, eleito do Partido Social Democrata, questionou o executivo sobre a aproximação da realização das Jornada Mundiais da Juventude, de 1 a 6 de agosto, que além da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia estão envolvidas nomeadamente a Junta de Freguesia de Campo de Ourique dado que através dos Salesianos de Lisboa que são responsáveis pela sessão de abertura no dia um que se realiza no Parque Eduardo VII e dado que esta freguesia irá receber cerca de quatro mil jovens e na restante cidade de Lisboa a população pode duplicar, manifestando assim a sua preocupação relativa à preparação da Junta de Freguesia para este evento, nomeadamente no que à limpeza diz respeito, dado que o número de pessoas a circular será superior. O Senhor eleito propôs ao executivo o executivo que fosse hasteada a bandeira da Jornada Mundial da Juventude no edifício da Junta de freguesia, de 1 a 6 de agosto, como forma de acolhimento dos peregrinos. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Senhor Presidente de Junta. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção relembrando a regra aplicada pelo executivo relativa ao hastear de bandeiras por recomendação da Assembleia de Freguesia, que é o de hastear todas as bandeiras que Assembleia de Freguesia entenda. No que à higiene urbana diz respeito, o Senhor Presidente afirmou que a freguesia vai ser apesar de tudo bastante poupada pelo impacto da Jornada Mundial da Juventude, dado que na distribuição dos eventos pela cidade não é dedicado nenhum grande evento a esta freguesia, são dedicados alguns eventos menores e haverá trânsito pedonal de passagem em direção aos eventos que irão ocorrer no Jardim da Estrela. Identificado este problema o executivo reuniu com o Departamento de higiene urbana da Câmara Municipal em que foi apresentado à Junta de Freguesia o plano de mobilidade pedonal durante o evento, sendo identificadas como



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

prioritárias a Rua de São Bento, porque será o acesso a eventos que ocorreram junto ao rio e à igreja de Santos e a Avenida Álvares Cabral por ser o acesso ao Jardim da Estrela. Haverá de facto 5 mil jovens a pernoitar em escolas da freguesia e assim sendo o senhor presidente da junta anunciou 4 medidas que a junta de freguesia implementou para permitir a redução dos impactos, em primeiro lugar o reforço das equipas de limpeza de espaços verdes, em particular, garantindo que mesmo que sob reutilizados os espaços se encontraram em condições com um duplicar da capacidade de operacional para espaços verdes durante a semana da jornada mundial da juventude e um aumento de 50% antes e 50% depois, ou seja, durante três semanas duplicamos de 1 a 6 e aumentamos em 50% na semana antes e na semana posterior para a reposição, ainda em matéria de reposição o senhor presidente teve uma reunião com a Câmara Municipal com o objetivo de entenderem de que modo será solucionado o problema de reposição e de garantir a limpeza das escolas dado que a Junta de Freguesia cumpriu com o pedido da CML de redução do período de férias dos funcionários durante o período da Jornada Mundial da Juventude, portanto enviou o valor orçamentado para as limpezas externas das escolas, porque a limpeza habitual depois de um ano letivo e do funcionamento do complemento de apoio à família é diferente da limpeza de um espaço onde pernoitaram mais de mil jovens durante uma semana e assim não comprometemos a resposta de apoio à família prestado pela Junta de Freguesia. Relativamente aos pedidos do Comité Organizador Paroquial e de Câmara Municipal de Lisboa irá a Junta de Freguesia apoiar em kits de higiene urbana tendo a Câmara solicitado especialmente a distribuição de cinzeiros portáteis de forma a garantir que não há um aumento de beatas na via pública. Por último e em relação ao tema recolha de lixo, que não é competência da Junta de Freguesia, foi sinalizada pela Junta de Freguesia a necessidade de aumentar os contentores, ou a criação de baterias de contentores na Rua de São Bento e na Avenida Álvares Cabral, respondendo assim melhor aos impactos extraordinários que podem vir a acontecer, foi ainda pedido à Câmara Municipal a substituição das caixas que existe hoje nos bombeiros por uma caixa com compactador maior de modo a ser possível o armazenamento de mais lixo e de forma a minimizar os impactos na vida quotidiana de todas as pessoas, acrescentou ainda numa tentativa de cooperação com a CML a disponibilização da Junta de freguesia para chegar a um acordo com os trabalhadores de modo a assumir parte das competências da Câmara neste período e assumir a recolha na área de Campo de Ourique desde que a CML coloque meios à disposição da Junta de Freguesia. O

Senhor presidente referiu também um acordo realizado com os trabalhadores de higiene urbana para a redução do gozo de férias a casos excepcionais neste período garantindo aproximadamente uma capacidade operacional de 90% conseguindo assim a Junta de Freguesia estar à altura e responder em tempo as necessidades do evento. -----

Interveio o Senhor eleito João Lagoas, do Partido Social Democrata, iniciou a sua intervenção agradecendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia pela forma como aceitou a sua proposta e propôs convidar as entidades da freguesia envolvidas na Jornada Mundial da Juventude a estarem presentes no hastear da bandeira. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao eleito do Partido Iniciativa Liberal.-----

O Senhor eleito Bernardo Lacerda solicitou esclarecimentos ao executivo relativos a três pontos, o primeiro referente à secção transparência do site da Junta de Freguesia, recorda que foi uma recomendação do seu partido e a qual o executivo tem alimentado, mas que as Prestação de Contras de 2022 não se encontram disponibilizadas e que por uma questão legal a mesmas tem de ser disponibilizadas; a segunda questão tem que ver com a higiene urbana que continua a ter queixas por parte da população, apesar do reforço de equipa gostaria de saber quais as ações do executivo para colmatar estas queixas; a terceira questão prende-se com o jardim da igreja de santo condestável e a existência de vedações e para quando a remoção das vedações do jardim.-----

O Senhor Presidente de Junta no uso da palavra começou por agradecer ao Senhor Eleito Bernardo Lacerda o reparo no que à necessidade de carregamento da prestação de contas diz respeito assumindo o desconhecimento de tal não estar devidamente carregado e solicitando aos serviços que o fizessem. Em relação ao Jardim da Igreja de Santo Condestável a execução do projeto está garantida pelo metropolitano através de um contrato interadministrativo que espera estar fechado com o metropolitano na próxima semana. No que à higiene Urbana diz respeito e em concreto às erva no passeio o Senhor Presidente refere que com os uso de herbicida o trabalho era mais eficiente do que da forma atual com recurso a roçadoras que exigem mais tempo, mas existe também aqui uma alteração climatérica que provoca o aumento das ervas fora de época, não existindo uma solução atendendo à calçada tipicamente português que é propensa ao crescimento de ervas nos passeios, sendo a única solução o reforço das equipas.-----



Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Partido Comunista Português- “Saudação à luta dos trabalhadores da limpeza e higiene urbana da Freguesia de Campo de Ourique”.--

A eleita do PCP, Dora Faggin leu a moção em questão e que se encontra em anexo. -----

O Senhor presidente de mesa deu a palavra à eleita Mafalda Cambeta.-----

A eleita do Partido Social Democrata solicitou à eleita do PCP explicações relativas ao que é o processo experimental implementado pela Junta de Campo de Ourique, uma vez que o PCP teve acesso direto as estas queixa e teve a oportunidade de falar com os trabalhadores, deixando expressando a sua tristeza de outros partidos não terem sido também chamados a ouvir os trabalhadores.-----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra à eleita do PCP.-----

A eleita Dora Faagin esclareceu que o PCP ouviu os trabalhadores por iniciativa própria e por ter conhecimento de um desgaste físico alargado, por consequência dos trabalhos e do novo mapa de distribuição de trabalhos pela freguesia, explicando que o modelo anterior era um modelo esquematizado pelos trabalhadores e que o modelo atual pressupõe que os trabalhadores façam mais quilómetros por dia de trabalho e admite que a higiene possa ter melhorado, mas deixa claro que do lado dos trabalhadores houve um aumento das reclamações até mesmo relativamente ao materiais usados agora, nomeada o uso de uma pinça que recolhe o lixo e que deve ser usado 3 vezes por semana. Afirmando que se as queixas dos fregueses diminuem, mas que as dos trabalhadores aumentam é necessário haver um acordo entre a Junta de Freguesia e os trabalhadores. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia iniciou a sua intervenção explicando o que é o novo modelo experimental, afirmando que o trabalho de higiene urbana é essencialmente um trabalho de varredura que consiste essencialmente no transporte de um carrinho com caixotes acoplados, uma pá e uma vassoura para varrer a direito em toda a sua área definida por cantão. Com o novo modelo o trabalho de varredura deixa de ser o trabalho essencial sendo substituído pelo uso de uma pinça para a recolha do lixo, sendo responsabilidade cada cantoneiro o cumprimento do seu circuito, o Senhor Presidente assume o desgaste físico, mas afirma também que o que não se pode fingir é que o trabalho de higiene urbana não causa sempre um enorme desgaste físico, com este modelo o que se pretende é que ao contrário do que acontecia com o mapa dos cantões é essencialmente reduzir a carga e a repetição do

trabalho, referindo que a muitos dos trabalhadores com muitos anos de serviços apresentam lesões relacionadas com o movimento e a resistência no uso da vassoura, com o reforço mecânico para a recolha de papeleiras os cantoneiros deixaram de ter também esta função de carga. O modelo foi testado e acompanhado com os trabalhadores e com as chefias, tendo sido interrompido por um protesto sindical, sendo a Junta notificada pela Polícia de Segurança Pública, demonstrando-se disponível para se sentar na mesa de negociações e chegar a um acordo adaptando o modelo ao que os trabalhadores apresentaram à Junta de Freguesia. O Senhor Presidente afirma que não voltará a acontecer o que acontecia quando tomou posse em que existia o modelo dos cantões composto por cantões de primeira, de segunda e de terceira em que os de terceira eram varridos apenas uma vez por semana. Garantindo que todos os dias todas as ruas são limpas. Ficando a Junta de Freguesia comprometida com os trabalhadores de entregar ao sindicato um novo mapa de circuito. -----

O Presidente de mesa deu a palavra à eleita do CDS-PP.- -----

A eleita Teresa Morais Leitão questionou o executivo se as áreas a percorrer também incluem jardins. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu que não, que os jardins eram competência da equipa de espaços verdes. -----

A eleita Teresa Morais afirmou que se pautava por gastar o seu tempo nas assembleias de freguesia à semelhança dos restantes eleitos para que sejam algo úteis, com uma atitude democrática, colaborativa, portanto para que as moções sejam tidas em contas e não se tratem de meros papéis e repara que muitos dos assunto que estão agora a discutir já foram discutidos anteriormente várias vezes, nomeadamente sobre limpeza e portanto questiona-se se as intervenções e colaboração sugestões dos eleitos terão em algum momento um resultado positivo, nomeadamente quanto aos Jardins, afirma a eleita que em todas as Assembleias de Freguesia expõe a situação do Jardim Gorjel do Amaral que lhe chega também através dos vizinhos, que se encontra constantemente com garrafas partidas, papeleiras partidas, carrinhos de supermercado em árvores e uma árvores a arder, a própria eleita afirma que já teve de receber tratamento médico por conta de um corte que sofreu nesse jardim e que portanto há a luta dos trabalhadores e que ela se vai junta à luta Teresa Morais Leitão contra a selvajaria que está num jardim da sua freguesia e que é possível fazer alguma coisa, exclamando que a Junta de Freguesia tem um plano aprovado para aquele jardim e que no momento em que

aquele jardim seja ocupado a situação irá melhorar, pois segundo a eleita atualmente existe tráfico de droga a todas as horas no espaço, ficando a questionar-se sobre a razão de ser para não se abrir um concurso público para um quiosque naquele espaço. A eleita diz que qualquer luta é solidária é importante, mas que é mais importante a luta dos fregueses que é o que está a ser colocado em causa, afirmando que as lutas são válidas quando são vistas de ambos os lados, sendo importante em cada Assembleia de freguesia ser visto se já foi apresentada ou não.-----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Senhor Presidente de Junta. -----

O Senhor presidente iniciou a sua intervenção afirmando que tinha pena de não ser portador de boas notícias, mas que as temáticas higiene urbana e estacionamento já foram discutidas em 2021 e em 2022 e o senhor presidente acrescentou ainda os anos de 2016, 2017, 2018 e afirmou que no futuro também iriam ser discutidos, porque afirma que a se a higiene urbana é um problema de todos é porque a produção de lixo é igualmente um problema de todos os dias assim como a falha de civismo das pessoas, admitindo que muitas vezes a Junta de Freguesia tenta cortar cantos convencida que isso irá resolver problemas, dando como exemplo a criação de eco-ilhas enterradas por toda a cidade, o que se manifestou um erro. Porque quanto mais se aumenta a capacidade de armazenamento de lixo na via pública, mais lixo existe na via pública, agora que existe uma bateria de contentores em alguns pontos da freguesia são manifestamente maiores os problemas de lixo nesses locais. Em relação ao passeio referido pela eleita do CDS-PP o senhor Presidente afirmou que o passeio em questão é via pública é trabalho de higiene urbana e que é limpo todos os dias, o próprio jardim não é e concordou com a situação descrita pela eleita informando que é verdade que o projeto está aprovado, mas o financiamento não e mais uma vez não está previsto o financiamento para requalificação do jardim, quanto ao quiosque, o concurso não foi lançado porque a Junta de Freguesia não tem competência para lançamento de novos quiosques o que não significa a não permissão de licenciamento de esplanadas foodtrucks, mas que não o fará sem ter a concordância política do Vereador do pelouro. O Senhor presidente referiu ainda que para ser autarca numa freguesia é de facto necessário uma grande resiliência, porque muitas vezes são obrigados a responder por decisões que não são suas e sobre temas para os quais não tem competência.-----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra à eleita Teresa Morais Leitão do CDS-PP.-----

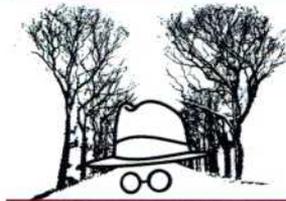
A Senhora eleita informou o senhor presidente de que o passeio não era limpo todos os dias e sugerindo ao presidente a verificação do passeio em questão no mapa de cantões e a enviar fotografias todos os dias. -----

O Senhor Presidente de Mesa registou a intervenção da Senhora eleita Teresa Morais Leitão e deu a palavra à Senhora eleita Mafalda Cambeta. -----

A senhor eleita Mafalda Cambeta inicia a sua intervenção dizendo que ouviu o senhor presidente da Junta de Freguesia e que leu a moção e que o PSD não conseguiria votar esta moção por não ter conhecimento de causa e que não estava em causa o apoio aos trabalhadores da Junta de Freguesia, mas estava sim em causa a passagem da informação a um só partido político e não têm a noção do que são as condições da suas exigências e que por isso o PSD não estava em condições de votar favoravelmente naquela moção. Apresentou ainda algumas questões ao presidente de Junta iniciando as suas questões com uma explicação não exaustiva sobre o que seria a inovação na higiene urbana, partindo do pressuposto que todos teriam o conhecimento que a higiene urbana tem a limpeza, tem a varredura, tem as papeleiras, tem as ervas daninha, em certas épocas a limpeza de sarjetas, da apanha da folha e em resumo é isto a higiene urbana. Questionou o Senhor Presidente de Junta se existia alguma viatura para recolher as papeleiras e assim os trabalhadores não andarem tão carregados e se os circuitos para essa recolha estavam delineados, acrescentou ainda se existia a possibilidade de essas viaturas levarem os trabalhadores para os pontos de trabalho para que não andem tanto. -----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra ao Senhor Presidente de Junta para responder. O Senhor Presidente de Junta responder afirmativamente às duas questões e informou que o modelo de distribuição dos trabalhadores seria aperfeiçoado, até porque a Junta de Freguesia está a aguardar a chegada de dois novos veículos e que foi reduzido também o tamanho dos carrinhos de varredura permitindo o uso de veículos mais pequenos para o transporte dos trabalhadores, sendo possível distribuir mais trabalhadores por área maior nestas adaptações ao novo modelo, assim como será reforçada a recolha de papeleiras. -----

A moção foi colocada à votação, cujo resultado foi a Rejeição da moção com dois votos contra do PSD, nove abstenções do PS, do CDS-PP e da IL e dois votos favoráveis um do PCP e outro do BE. Dado o resulta de empate o Senhor Presidente de mesa fez uso do seu voto de qualidade e a moção foi rejeitada deixando a sugestão da elaboração de uma nova moção envolvendo as restantes bancadas. -----



**CAMPO DE
OURIQUE**

JUNTA DE FREGUESIA

Pediu a palavra a eleita Mafalda Cambeta para prestar uma declaração de voto.-----

A Eleita inicia a declaração de voto aclarando que o PSD votaria contra esta moção não por não estar solidário com os trabalhadores, mas sim por não estar descrito na moção quais são as exigências dos trabalhadores, referindo que a moção se encontra muito omissa e que o PSD se encontrava disponível para ouvir os trabalhadores e para receber os trabalhadores e fazer novas propostas deixando explicito que sempre foi proposta pelo seu a partido a inovação, ainda que divirja da inovação apresentada pelo Senhor Presidente, tanto a nível de maquinaria, como de apoio georreferenciado havendo várias formas de apoio e de perceção de quais os problemas da freguesia, mas que não está em causa o apoio aos trabalhadores, mas sim a forma como o PCP apresenta a moção.-----

A eleita do PCP, Dora Faggin, questionou o Senhor Presidente de mesa de como envolveria as outras bancadas. -----

O Senhor Presidente de Mesa afirmou que foi apresentada uma moção sem dados quantitativos e que o Senhor Presidente de Junta de tinha tentado explicar as situações, se o documento tivesse sido feito e enviado às outras bancadas, estas poderiam enriquecer a moção, afirmando que a moção como está é uma boa base para um futuro trabalho sendo enriquecedora para todos. -----

Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Partido Comunista Português- *“Pela aplicação do valor do suplemento de penosidade e insalubridade em período de férias”*.-----

A eleita do PCP, Dora Faggin leu a moção em questão e que se encontra em anexo. -----

O Senhor presidente de mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta dado existir na moção uma exigência ao executivo. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia inicia a sua intervenção para informar que este tema já foi debatido pelo executivo com os sindicatos e que o executivo manifestou a sua disponibilidade para proceder ao pagamento do suplemento de penosidade e insalubridade em período de férias e os naturais retroativos devidos, havendo uma fundamentação jurídica que permita o executivo fazê-lo, afirma que é um debate jurídico e que de todas as vezes que se reuniu com o sindicato foi realizada uma novas reunião com a assessoria jurídica e pedido um novo parecer jurídico, quando confrontados os pareceres jurídicos da assessoria jurídica e do sindicato o executivo ainda não encontrou uma base legal para proceder ao pagamento deste subsidio, demonstrando a sua disponibilidade para mais esclarecimentos nesta matéria. -----

Pediu a palavra a Senhora eleita Mafalda Cambeta que foi concedida pelo Senhor Presidente de Mesa. -----

A Senhora eleita do PSD iniciou a sua intervenção com recurso a legislação que remete para a moção que o PCP apresentou, acrescentando que o PCP já levou esta moção a todas as Assembleias de Freguesia da Cidade, a eleita cita a lei que diz que o suplemento é atribuído por cada dia de trabalho efetivamente prestado dando ênfase ao efetivamente prestado, ou seja segundo a eleita quando uma pessoa está de férias não pode estar a efetivar o trabalho, retoma a citação da legislação, que diz que seja reconhecido um nível de insalubridade baixo, médio ou alto, e é estabelecido na lei qual o valor aplicado, para efeitos da alínea C do número anterior a remuneração da base diária corresponde a 1/30 da remuneração base mensal conforme consta do número 3 do artigo 155 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovado na lei 35/2014 de 20 de junho, na sua redação atual, o suplemento é abonado em tantos dias quanto aqueles que efetivamente forem prestados pelo trabalhador com sujeição pelas funções nos termos do número 1 o suplemento não é acumulável com outra prestação idêntica, natureza ou finalidade independentemente da sua denominação. A eleita termina a sua intervenção dizendo que o que o PCP está a propor não é possível por lei existir o pagamento e que por isso o PSD votará contra a moção. -----

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor eleito Francisco Carvalho. -----

O eleito do CDS-PP iniciou a sua intervenção dizendo que o CDS-PP teve acesso à circular da Direção Geral da Administração e Emprego Público de 1 de fevereiro de 2021, informando que no ponto 7 da circular diz que o suplemento é abonado em tantos dias quanto aqueles que efetivamente forem prestados pelo trabalhador em sujeição aquelas condições, concluindo que o CDS-PP votará contra a moção. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Senhor eleito Bernardo Lacerda. -----

O Eleito da Iniciativa Liberal iniciou a sua intervenção dizendo que não valia a pena estar a citar mais leis, mas uma vez que a moção exige ao executivo a reposição da legalidade, o eleito afirma que não há qualquer falha à legalidade, demonstrando-se total favorável a acordos entre o executivo e os trabalhadores para melhoramento das condições salariais, mas não no âmbito do subsídio em causa, anunciando que a IL votará contra. -----

Foi concedido o uso da palavra à Senhora eleita do PCP. -----

A eleita Dora Faggin iniciou a sua intervenção afirmando que entendia que as restantes bancadas votassem contra e que houvesse dúvidas legais, mas que como o Senhor Presidente do Executivo teria afirmado estas pessoas são essenciais para a vida da Junta de Freguesia e que por isso precisam de um olhar cuidado manifestando que o impacto que esta medida teria no orçamento da junta seria ridículo de apenas um euro, mas que entendia. -----

O Senhor Presidente de Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

O Senhor Presidente da Junta interveio dizendo que do seu ponto de vista estava abordado o debate jurídico e dizendo que não é uma questão de impacto orçamental até porque este não teria nenhuma relevância, mas como disse e concordado com a necessidade de cuidado destes trabalhadores assim que tenha uma base jurídica para este pagamento, o executivo fará o pagamento. Deu ainda nota que esta proposta não caiu do céu e que existe um entendimento jurídico, já pedido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que está a realizar este pagamento justificando com o não recurso à norma que foi citada e na qual o executivo fundamenta a sua decisão, mas numa norma da lei geral do trabalho em funções públicas de que o subsidio de férias ou a remuneração em férias é por principio igual ao período de trabalho, ficando a aguardar o parecer da Câmara Municipal e agindo em conformidade caso esse parecer tenha aceitação jurídica. -----

A moção foi colocada à votação, cujo resultado foi a Rejeição da moção com seis votos contra do PSD, do CDS-PP e da IL, cinco abstenções do PS e dois votos favoráveis um do PCP e outro do BE. -----

Apreciação e Votação da Moção apresentada pelo Partido Socialista- “Pela redução dos voos sobre Campo de Ourique, e término dos voos noturnos sobre a cidade”. -----

O eleito do PS, João Pereira leu a moção em questão e que se encontra em anexo. -----

O Senhor presidente de Mesa deu a palavra à eleita Mafalda Cambeta.-----

A Senhor eleita do PSD, iniciou a sua intervenção afirmando que achava esta moção muito pouco séria, principalmente vinda do Partido Socialista porque em primeiro lugar, no entender da eleita é do conhecimento de todos, pelo menos aqueles que têm acesso à bancada parlamentar da Assembleia da República o decorrer de uma comissão onde o governo está a propor o encerramento do aeroporto da meia noite às cinco da manhã e onde todos os partidos naquela comissão estão de acordo estando o governo a preparar-se para executar a medida. Continua a eleita, vir agora o partido socialista e tendo esta informação apresentar esta moção como se

fosse a Bancada do Partido Socialista a falar com governo para instar, perseguir e conseguir uma rápida solução é um pouco gozar com a cara dos eleitos, em segundo lugar este assunto, esta moção deveria ter sido entregue pelo Partido Socialista na Câmara Municipal de Lisboa e achando a eleita esta moção desonesta informa que o PSD irá votar contra a moção, não pela questão si, mas sim por não concordar com a forma como foi feita porque a partir de janeiro de 2024 não haverá voos noturnos. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu a Palavra ao eleito da IL. -----

O eleito Bernardo Lacerda iniciou a sua intervenção afirmando que achava caricato o Partido Socialista estar a apresentar uma moção que é competência do governo quando é o Partido Socialista que está no governo e está mais bem colocado do que qualquer outro partido para chegar à fala com o governo, quanto a medidas de mitigação como a mudança de rotas para outras freguesias anunciou que não iria comentar por achar que não faz sentido, mas quanto aos voos noturnos existe uma legislação europeia e o que tem de ser feito é fazer cumprir a lei até entrar em vigor a legislação que está a ser elaborada na Assembleia da República, para terminar afirmou que o PCP já tinha entregue uma moção similar e aprovada, portanto por todas as razões elencadas acima iria votar contra. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao eleito Francisco Carvalho. -----

O eleito do CDS-PP iniciou a sua intervenção dizendo que gostariam de votar a favor, mas que descobriram entretanto que já o haviam feito a 29 de setembro de 2022 por uma moção apresenta pela CDU intitulada de “Pelo fim dos voos noturnos na Cidade de Lisboa”, que fazia dar o conhecimento ao Senhor Primeiro Ministro e ao Governo do fim dos voos noturnos, afirma ainda que não é nem a Junta de Freguesia nem a Câmara que tem esse poder aconselhando o Partido Socialista a falar com o ministro da tutela João Galamba. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra à eleita Teresa Morais Leitão.-----

A eleita do CDS-PP iniciou a sua intervenção sugerindo em linha com o que foi sugerido ao PCP, a moção seja retirada para melhoria nomeadamente no ponto dois que considera inócuo e que não servirá de muito a sua aprovação, mas que todos os fregueses estarão de acordo com medidas de mitigação porque tanto quanto se lembra a discussão que está a ocorrer na Assembleia é apenas o horário e não as rotas de aproximação, estando o CDS-PP apenas disposto a votar a favor apenas no ponto dois. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

O Senhor Presidente da mesa interveio para informar que a Assembleia de Freguesia é um órgão deliberativo que vai representando os fregueses que apresentam os seus problemas e por isso se o Partido que está na Câmara ou no Governo é o mesmo do executivo da Junta de Freguesia não é por isso que os órgãos devem de deixar de fazer a sua função, deixando esta mensagem enquanto presidente de mesa em exercício defendendo que cada órgão tem a sua função. -----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra ao eleito do BE. -----

O eleito Vasco Barata iniciou a sua intervenção subscrevendo algumas das críticas apresentadas como o partido que mantém esta situação que se arrasta no tempo foi o que esteve no poder vários anos e que a solução parte desse partido, mas que gostariam que a discussão da solução não se esgotasse nesse argumento, achando que este é um dos temas mais graves da freguesia causando danos à qualidade de vida, ambiental e social com diversos distúrbios associados à saúde física e mental, terminando que se foi aprovada a moção do PCP esta deve ser igualmente aprovada dado ser o mesmo tema, deixando claro que isso é o que faz sentido que para moções iguais o sentido de voto seja igual. Deixa claro que a Assembleia de Freguesia não será o mais essencial na solução deste problema, mas sim o governo que tem feito um arrastar do problema da construção do aeroporto, que há cinquenta anos que é discutido, o que vai continuar a arrastar o problema com todo o impacto que isso tem para as pessoas defendendo apoios públicos para a minimização destes impactos nas casas das pessoas. -----

O Senhor Presidente deu a palavra à Eleita do PCP. -----

A eleita Dora Faggin iniciou a sua intervenção em concordância com o eleito do BE, dizendo que a população de Campo de Ourique deveria ser indemnizada, dado que a população é castigada por não existir uma solução, havendo freguesias mais afetadas que outras é preciso começar a pensar na adaptação dos apartamentos dessas freguesias e em indemnizações à população, sugeriu ao PS a alteração do primeiro ponto da moção retirando o que diz "*novo aeroporto na área Metropolitana de Lisboa*". -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que não é dirigente do Partido Socialista, mas sim militante coisa que julga que toda a gente sabe, tem hoje uma condição de liberdade que não teve anteriormente por ser dirigente. Não deteta presente na sala, em particular no nome dos subscritores, qualquer dirigente nacional do Partido Socialista, mas

mesmo que assim fosse não se deveriam sentir limitados nas suas funções e por isso não se deve perder o norte da defesa das populações que servem e daquilo que acham que deve ser certo, mal seria e ficaria muito incomodado se a bancada do PS se deixasse limitar por algo que foi descrito e que é verdade como o bairro ser sobrevoado a cada 3 minutos muitas vezes de noite, em incumprimento da lei, ficaria muito incomodado se todo um conjunto de eleitos que devem defender a população ficassem em silêncio por causa da opinião do ministro João Galamba acerca deste ou qualquer outro assunto. Já houve diversos assuntos debatidos nesta assembleia e nunca passou pela cabeça do Senhor Presidente responder que quem tem dúvidas sobre a legalidade do subsídio de insalubridade pergunte ao departamento jurídico da Câmara já que partilha o mesmo partido que está no poder assim como não passou pela cabeça de ninguém responde a alguém que entende que o espaço A, B ou C tem ser intervencionado que comente lá na reunião do seu partido com o vereador que tem o pelouro, não podendo deixar de dizer que isto tipo de afirmações não são da prática democrática. Em relação ao que o eleito Vasco Barata disse existem fundos do PRR para o combate à pobreza habitacional, reduzindo os impactos do ruído, o Senhor Presidente afirmou ainda que não é pelo Partido Socialista estar no governo que se deve ignorar a pobreza habitacional que se vive, tendo sinalizado junto da tutela e da Associação de Nacional Freguesias a necessidade que essas verbas sejam entregues e executadas através das Junta de Freguesia garantindo a execução do programa e a observância do caso a caso, dado que má construção térmica não tem o mesmo significado para todos os indivíduos. -----

O Senhor Presidente de mesa questionou o eleito proponente da moção se a votação poderia ser ponto a ponto e de seguida deu a palavra ao eleito João Pereira. -----

O Senhor eleito do PS iniciou a sua intervenção afirmando que a votação poderia ser realizada ponto a ponto e que concordava com as considerações feitas no que à defesa dos interesses dos fregueses diz respeito reafirmando que não é por um partido ser governo que o mesmo partido que ocupa lugares na Assembleia de Freguesia perde alguma autonomia nos assuntos que são do interesse dos fregueses, não vendo isso como redutor, o eleito faz ainda a distinção entre a moção do seu partido e a da CDU que fazia referência apenas aos voos noturnos, enquanto que a do seu partido faz referência a todos os voos, reiterando que não é pelo Partido Socialista ser governo que deixarão de se batalhar pelo que acham correto e pelos interesses dos fregueses. -----



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

A moção foi colocada à votação ponto a ponto, cujo resultado foi a Aprovação integral da moção com cinco votos contra do PSD, do CDS-PP, uma abstenção da IL e sete votos favoráveis, cinco do PS, um do PCP e outro do BE no ponto 1; no ponto 2 com três votos contra do PSD e da IL e com nove votos a favor do PS, CDS-PP, PCP e BE; no ponto 3 com dois votos contra do PSD, quatro abstenções do CDS-PP e da IL e com sete votos a favor do PS, PCP e BE. -----

A Senhora eleita Mafalda Cambeta pediu para palavra para prestar uma declaração de voto. --

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra à eleita. -----

A eleita do PSD iniciou a sua declaração de voto afirmando que o PSD já tinha votado aquela moção no dia 29 de junho apresentada pela CDU/PCP e que já votaram a favor e que como será óbvio estão preocupados com a poluição sonora que se faz sentir em Campo de Ourique, mas que não poderiam aceitar o número político que o Partido Socialista levou à Assembleia.-----

B. Período da Ordem do Dia; -----

1- Apreciação e votação do Projeto de Ata da reunião de Assembleia de Freguesia de 26 de abril de 2023. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra à Senhora eleita do PSD. -----

A Senhora eleita Mafalda Cambeta solicitou uma correção material à ata, nomeadamente na página 17 está escrito a “a eleita do PSD Mafalda Cambeta pese” e deve ser corrigido por pede.

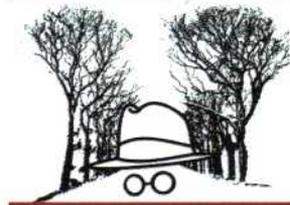
A proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi aprovada por unanimidade. -----

2- Apreciação e Votação da Proposta de abertura de procedimento concursal para provimento de um cargo de direção intermédia de 2º grau (Chefe de Divisão de Atendimento e Serviços ao Cidadão), e nomeação de júri do procedimento. -----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra ao Senhor Presidente de Junta para apresentação da proposta. -----

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção por pedir desculpa à Assembleia pelos lapsos nesta proposta na anterior reunião e que a proposta que apresenta é a mesma proposta com os lapsos supridos, nomeadamente uma sinalização feita pela eleita Mafalda Cambeta da necessidade da indicação nominal do júri, da falta de um anexo que se prende com o aviso de abertura, resolvido também outro problema da identificação da vaga no quadro de pessoal ocupada em regime de substituição. -----

-



**CAMPO DE
OURIQUE**

JUNTA DE FREGUESIA

Não existindo pedidos de palavra por parte dos eleitos a proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi a Aprovação, com um voto contra da IL, duas abstenções do PSD e os votos a favor das restantes bancadas. -----

O Senhor eleito da IL pediu a palavra para prestar uma declaração de voto. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Senhor eleito Bernardo Lacerda. -----

O Senhor eleito iniciou a sua declaração de voto explicando que a Iniciativa Liberal votou contra por não ter sido apresentada uma correção ao Mapa de Pessoal, sendo que o que foi apresentado tem duas vagas e estão as duas ocupadas, não dizendo no mapa de pessoal que uma das vagas é em regime de substituição. -----

3- Apreciação e Votação da Proposta de autorização de celebração de adenda ao contrato de delegação de competências para a “Melhoria de acessibilidade pedonal, troço Rua Silva Carvalho entre o Largo e R. D. João V”, entre a junta de freguesia de Campo de Ourique e o Município de Lisboa. -----

O Senhor Presidente de Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente do executivo para apresentação da proposta. -----

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção afirmando que o assunto já foi abordado anteriormente, afirmando que o que está a apresentar é a adenda ao contrato para ser permitir o recebimento por parte da Junta de Freguesia dos valores ainda por executar deste contrato, que é um contrato tudo menos novo, infelizmente este contrato é celebrado a primeira vez em 2020 ou 2021, cuja execução foi sendo atrasada pela programação de diversas obras para aquela zona da freguesia e pelo entendimento do executivo de adiar a execução e depois pela necessidade de reprogramação do objeto, uma vez que esta obra resulta de um orçamento participativo, mas que estava já incluído numa outra obra de delegação de competências e reafirma que o assunto não é novo na Assembleia de Freguesia nem na Câmara e que é o resultado da vontade de um dos primeiros orçamentos participativos da cidade e proposta que resulta de iniciativa de um vizinho que já faleceu, ainda antes da celebração do contrato com a Câmara Municipal, sendo esta proposta a simples execução financeira até ao final do ano, para que seja possível a execução da obra que está muito avançada e que estará terminada em quatro ou cinco semanas. -----

O Senhor Presidente de mesa interveio dizendo que a adenda ainda não tinha sido votada e que, portanto, era um assunto novo. -----

A Senhora eleita do PSD pediu a palavra, sendo concedido o uso da palavra pelo Senhor Presidente de Mesa. -----

A Senhora eleita Mafalda Cambeta iniciou a sua intervenção propondo ao Senhor Presidente que alterasse a proposta de adenda para ratificação, dado no seu entender a proposta ser uma ratificação, dado que é um assunto antigo e uma vez que a obra já estava iniciada deveria ser ratificação. Questionou também se a Junta de Freguesia teria no orçamento o valor da obra para a sua execução, se não houvesse o CDC e caso haja esse valor em orçamento o PSD votará contra e a Junta coloca esse montante, caso não tenha é uma ratificação e sendo uma ratificação o PSD votará a favor. -----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta para esclarecimentos. -----

O Senhor Presidente da Junta iniciou a sua intervenção dizendo que existem muitos e melhores juristas do que o próprio na sala, mas que uma ratificação é um ato de confirmação de uma assinatura, algo que não acontece porque não assinou a adenda, tendo assinado apenas o contrato com os poderes dados pela Assembleia de Freguesia, sendo a adenda apenas para prolongamento da execução do contrato, sendo esta a segunda adenda que vem a esta assembleia, admitindo que pode alterar a proposta para ratificação de algo que não foi assinado.-----

A eleita Mafalda Cambeta questionou ainda o Senhor Presidente do Executivo se já teria recebido alguma verba da Câmara Municipal e qual o valor dessa transferência. Lembrando que todos os que estão a votar as propostas têm responsabilidades e que os eleitos do PSD querem ter a certeza de que todos os documentos estão em condições para que todos os eleitos se sintam à vontade na votação e que por isso a questão não tem a ver com termos, mas sim com os documentos estarem em condições. Questionou se no valor total dos recursos financeiros que o município disponibilizará à Junta de Freguesia de Campo de Ourique no total de 75.874,88 € será transferido de acordo com o plano de validação, da primeira prestação de 40% em dezembro de 2019; da segunda prestação de 30% após a entrega e validação dos documentos justificativos de despesas de execução, questionando se já foi transferida esta verba em concreto; da terceira prestação de 27% após entrega e validação dos documentos justificativos das despesas de execução, questionando também se já foi transferida esta verba; da quarta prestação de 37% após a entrega e validação dos documentos justificativos de



CAMPO DE OURIQUE

JUNTA DE FREGUESIA

despesas de execução, calculando que esta prestação ainda não tenha sido transferida; existindo ainda mais 3% após entrega e validação dos documentos, ou seja existem diversas verbas, sabendo que nada foi assinado porque o Senhor Presidente do executivo já o disse, mas questionando se nada faz com não seja uma ratificação. -----

O Senhor Presidente do Executivo responde que não conseguiria explicar melhor o seu entendimento jurídico de ratificação. -----

A Senhora eleita afirma que nesta proposta para ser uma ratificação só falta as verbas e o prazo, não sendo só o prazo, questionando se as verbas já estavam. -----

O Senhor Presidente afirma de ratificação é apenas uma assinatura. -----

A Senhora eleita do PSD afirma que não é só uma assinatura. -----

O Senhor Presidente afirma que sim sendo apenas a conformação da assinatura de um ato e que o próprio não assinou, portanto não poderia ser uma ratificação, dizendo que a ratificação é um processo de confirmação de um ato que resulta da assinatura de alguém que não tinha poderes para o fazer, afirmando que o disse à eleita e que não podia ser mais claro foi que não tinha assinado a adenda, mas sim o contrato. -----

A Senhora eleita Mafalda Cambeta questionou o que aconteceria se a Assembleia de Freguesia votasse contra a adenda. -----

O Senhor Presidente referiu que isso seria uma discussão judicial por nem tem a certeza de que esta adenda seja essencial ao recebimento da verba dado que o procedimento é anterior até ao prazo da adenda, mas que esta questão não tinha que ver com a forma de proposta. --

O Senhor eleito Francisco Carvalho pediu a palavra tendo-lhe sido permitida pelo Senhor Presidente de mesa. -----

O Senhor eleito do CDS-PP iniciou a sua intervenção dizendo que no seu entender o que estaria a ser pedido era a aprovação de mais 14% (25 mil euros) do inicialmente orçamentado devido aos aumentos de preços da inflação e que não teria havido nenhum desvio orçamental. -----

O Senhor Presidente do executivo admite um lapso de não ter informado que existia uma alteração no valor. Explicando que este contrato ao contrário de outros contém uma cláusula que custos além do contrato correm por conta da Junta de Freguesia, o Senhor Presidente afirma que explicou ao vereador esta situação, dando nota ao vereador que a Junta de Freguesia entregaria a competência e a Câmara que executasse. Dada esta cláusula o preço e o projeto tiveram de ser renegociados o que provocou também o atraso, o senhor presidente pediu uma

vez mais desculpa à assembleia pelo lapso de julgar que a alteração do preço já vinha contemplada na primeira adenda votada na Assembleia de Freguesia. -----

Não existindo mais pedidos de palavra por parte dos eleitos a proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi a Aprovação, com três abstenções do PSD e do PCP e os votos a favor das restantes bancadas. -----

4- Apreciação e Votação da Proposta de decisão de alteração do regulamento e aprovação do projeto de Regulamento Geral de Taxas e Preços da Junta de Freguesia de Campo de Ourique.

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do executivo para apresentação da proposta. -----

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção informando que este assunto não era novo e era um trabalho de construção de maioria, mas essencialmente inclui alterações de integração de algumas opiniões expressas durante a consulta pública, uma vez que os regulamentos administrativos estão sujeitos a esse modelo de discussão pública e portanto só os temas levantados em discussão pública podem ser alterados e tentando resolver as questões apresentadas na Assembleia de Freguesia, nomeadamente no que as isenções diz respeito, tentando que as isenções passem a ser do conhecimento oficioso por parte dos serviços como sugeriu a IL e pelo o PSD e o reconhecimento dos casos específicos fora do regulamento, aumentado a densidade do regulamento para ser possível uma decisão excecional por parte do executivo necessitado agora de justificação fundamentada e carecem de despacho do Presidente.-----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra à Senhora eleita do PSD. -----

A senhora eleita Mafalda Cambeta solicitou uma clarificação ao executivo relativamente à retirada do artigo 15º e a adição dos artigos 19º e 20º referente a isenções que referem podem não tendo vinculação jurídica, que no entender do PSD não provoca nenhuma alteração indo o PSD votar contra como fez anteriormente. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao senhor eleito do CDS-PP. -----

O senhor eleito Francisco Carvalho informou a assembleia que o CDS-PP não tinha nada contra, deixando a sugestão de redução de taxas e taxinhas e a simplificação de tudo o que sejam taxa e tabelas. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----



**CAMPO DE
OURIQUE**

JUNTA DE FREGUESIA

O Senhor Presidente da Junta propôs a alteração da proposta retirando a palavra “podem” do texto. -----

Não existindo mais pedidos de palavra por parte dos eleitos a proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi a Aprovação, com três votos contra do PSD e do PCP, cinco abstenções do CDS-PP, IL e BE e cinco votos a favor da bancada do PS. -----

5- Apreciação e votação de Proposta de celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências e cooperação (contrato nº10/UCT/DRJF/2023) entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique. -----

O Senhor Presidente da mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação da proposta. -----

O Senhor Presidente do Executivo iniciou a apresentação da proposta de autorização de celebração do contrato de delegação de competências para o mandato marca o início de entendimento, como tinha tido oportunidade de referir na sua declaração de voto na assembleia municipal, entendendo que não se esgota desde logo a necessidade de investimento da Câmara Municipal na Freguesia de Campo de Ourique na celebração do contrato. Defende que este contrato nunca deve servir de fundamento ao não exercício das competências de quem tem a obrigação de as exercer, mas não será por isso que este executivo será menos exigente com a Câmara Municipal naquilo que entender como os investimentos prioritários para a freguesia e que estão identificados desde do primeiro momento e desde do primeiro dia do mandato, seja o estacionamento, seja a garantia de um espaço público seguro para todos, a garantia de reabilitação do espaço público e a priorização da construção de habitação no centro da cidade, como é a freguesia de Campo de Ourique, todos estes investimentos não perderam nenhuma centralidade para o executivo independentemente da negociação e assinatura do contrato. Todos os projetos negociados neste contrato de início de mandato, ainda que fora de tempo, têm já parecer de vários serviços municipais, estando portanto muito adiantados no seu caminho para a execução, logo estando em condições de serem lançados concursos para a contratação dos trabalhos de projeto de execução a partir do dia seguinte ao da Assembleia, desde que autorizados por esta Assembleia de Freguesia, reiterando a necessidade aprovação da ata em minuta para que seja possível o avanço dos projetos. Houve a sinalização de priorização por parte do Senhor Presidente da Câmara de recuperação e requalificação de espaços verdes e de espaço público ao invés de outros projetos

de cariz social ou cultural e portanto a lista de projetos que o executivo apresenta, pela ordem que foram apresentados, em primeiro lugar a obra de requalificação da Rua do Arco do Carvalhão, em segundo lugar a requalificação da Praça Afonso do Paço, em terceiro lugar a totalidade da requalificação urbana da Rua Maria Pia com o seu novo plano de circulação, em quarto lugar uma verba parcial para a requalificação urbana de vários arruamentos da malha ortogonal, tornando as passadeiras 100% seguras e a plantação de uma árvore em cada esquina e em quinto lugar e por último a requalificação final da Rua de Sol ao Rato. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra à Senhora eleita do PSD. -----

A Senhora eleita Mafalda Cambeta iniciou a sua intervenção dizendo que teriam visto nas redes sociais as assinaturas dos contratos de delegação de competências com todos os Presidentes de Junta e questionando se este contrato não foi assinado nesse dia. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente de Junta. -----

O Senhor Presidente de Junta deduz que aquilo que foi divulgado pela Câmara Municipal nas suas redes sociais é o acordo negocial e não o contrato, uma vez que o próprio pediu desculpa ao Senhor Presidente da Câmara por não estar em condições para a assinatura do contrato, mas que para não estragar a cerimónia e estando em condições para tal assinaria o acordo que viria a dar corpo aos contratos, respondendo diretamente à questão o Senhor Presidente disse que não assinou o contrato, não sendo de todo um hábito seu a assinatura de contratos sem antes consultar a Assembleia ainda que a ratificação posterior o permitisse fazer, acontecendo apenas uma vez por uma questão de urgência tendo consultado todas as forças políticas antes de o fazer. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra à Senhora eleita do CDS-PP. -----

A Senhora eleita Teresa Morais Leitão questionou o Executivo se os projetos de requalificação anunciados já tinham sido disponibilizados aos eleitos. -----

O Senhor Presidente da Junta respondeu que os projetos ainda não tinham sido divulgados a ninguém porque não estão feitos quanto aos estudos prévios não tem a certeza se já foram distribuídos pelos eleitos, ou se estão no repositório de projetos até no site da Junta de Freguesia. -----

A Senhora eleita Teresa Morais Leitão afirma que é uma verba relevante para cinco alegadas requalificações e questionou o porquê destas requalificações e não obstante de serem das mais valia gostava de saber o porquê de não outras requalificações. Manifesta ainda a falta de um

eixo programático para ser possível a análise comparativa e para que seja possível uma análise das escolhas de requalificações por parte da Assembleia de Freguesia, dado que o anexo ao contrato exige que as verbas sejam aplicadas nas requalificações enunciadas pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente informou que é ao executivo que cabe a definição das prioridades na execução e não aos órgãos fiscalizadores, não sendo um detalhe dos órgãos autárquicos, deixando claro que as prioridades de requalificações foram feitas pelo executivo tendo por base a Grandes Opções do Plano, mas também com base no Programa Eleitoral resultando numa negociação entre o executivo da Junta de Freguesia e o Executivo Camarário que também tem as suas prioridades. O Senhor Presidente deixou ainda a nota que desde 2017 que os contratos de delegação de competências podem ser reprogramados na sua totalidade ou na parcialidade do documento. -----

O Senhor Presidente de mesa deu a palavra à eleita do PSD. -----

A eleita Mafalda Cambeta inicia a sua intervenção afirmando que na votação diz “celebração de contrato” sendo que o que foi entregue é uma minuta e falta na cláusula 8, ponto 1, alínea o gestor do contrato questionando o executivo de quem será o gestor do contrato por parte da Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente de Junta clarificou que a nomeação é da competência do executivo e que não iria estar a nomear um gestor de contrato durante a Assembleia de Freguesia. Afirmou que não era ele quem fazia as propostas apenas respondia por elas juridicamente que é o que deve ser feito por qualquer Presidente de Junta. -----

O Senhor Presidente de mesa passou a palavra ao senhor eleito da IL.-----

O Senhor eleito Bernardo Lacerda iniciou a sua intervenção dizendo que dada a situação de ser uma minuta e não estar nomeado o gestor de contrato e ter considerado retirar a proposta. O Senhor eleito Bernardo Lacerda apontou que uma vez mais existia falta de informação já que os estudos e projeto não foram apresentados à assembleia, apresentou também o seu descontentamento pela resposta do Senhor Presidente do executivo de que quem fazia as propostas era o departamento jurídico. -----

O Senhor Presidente de Junta iniciou a intervenção dizendo que não ponderou retirar a proposta e que não existe outro responsável pelo executivo que não ele, o que não significa que a elaboração da proposta seja dele. Acrescentou que não iria nomear um gestor de

contrato durante a Assembleia sem articulação com os serviços, não sendo uma desresponsabilização, mas sim que não tomaria uma decisão sem o trabalho técnico e jurídico que a situação exige. Os projetos não constam deste contrato porque carecem de uma negociação até à abertura do concurso, tendo a certeza que já todos os projetos passaram pela Assembleia de Freguesia. Deixando claro que a competência de definição e negociação dos projetos é desta assembleia. -----

O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à eleita do CDS-PP. -----

A Senhora eleita Teresa Morais Leitão questionou novamente o Senhor Presidente do executivo sobre o eixo programático até mesmo para que seja possível os próprios eleitos esclarecerem os fregueses e prestarem conta por quem foram eleitos. -----

O Senhor Presidente do executivo solicitou fossem distribuídos pelos eleitos os projetos e estudos prévios pelos eleitos, sinalizando que a definição dos desenhos não é competência da Assembleia de Freguesia. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra à eleita do PCP. -----

A eleita Dora Faggin interveio dizendo que sente falta de informação relativa às intervenções e que esta informação já deveria ter sido enviada aos eleitos. -----

O Senhor Presidente da Junta demonstrou-se disponível a explicar cada um dos projetos, já tendo explicado os programas de requalificação da Rua do Sol ao Rato, das passadeiras seguras e o de uma árvore em casa esquina podendo explicar os restantes. -----

Não existindo pedidos de palavra por parte dos eleitos a proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi a Aprovação, com três votos contra do CDS-PP, duas abstenções do BE e PCP e 8 votos a favor 5 do PS, 1 da IL e 2 do PSD. -----

6- Apreciação e votação da proposta de celebração de adenda ao contrato de delegação de competências (contrato nº4/ UCT/DRJF/2021) entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Campo de Ourique. -----

O Senhor Presidente de Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta para apresentação da Junta. -----

O Senhor Presidente do Executivo iniciou a sua intervenção explicando que esta proposta tinha que ver apenas com o estender do prazo de execução do contrato do mandato anterior dada a existência de uma série de reprogramações, sendo abandonada por falta de verba, devido a alteração de preços, a obra da Rua Freitas Gazul e foi reprogramada também a obra da Rua do

Sol ao Rato e o desejo de com o que sobrou da obra da Rua do Sol ao Rato e com o restante valor que virá do município executar as obra de inversão dos sentidos de trânsito na Rua Freitas Gazul, nomeadamente junto à escola ou medidas de acalmia de tráfego na Rua Maria Pia se possível e desejado pelo Executivo a execução de ambas as obras. -----

Não existindo pedidos de palavra por parte dos eleitos a proposta foi colocada a votação, cujo resultado foi a Aprovação, com um voto contra PCP e onze votos a favor das restantes bancadas.

7- Apreciação da informação Escrita do Presidente à Assembleia de Freguesia, referente ao período de 1 de abril 2023 a 31 de maio de 2023. -----

Nos termos e para os efeitos do nº3 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi lavrada a presente ata em minuta, que depois de lida em voz alta e de aprovada, será assinada por mim, Alfie Maria Ferreira Alfaiate Pereira, que a redigi enquanto primeiro secretário e pelo presidente da mesa da mesa da Assembleia de Freguesia, César Gama Laranjo Ferreira. -----

O Presidente da Assembleia de Freguesia: -----

(César Gama Laranjo Ferreira) -----



O Primeiro Secretário da Assembleia de Freguesia: -----

(Alfie Maria Ferreira Alfaiate Pereira) -----

--